

Sarney acha absurdo afirmar que eleição ajuda a elevar inflação

BRASÍLIA (O GLOBO) — O presidente do PDS, senador José Sarney, classificou ontem como "um absurdo" a declaração do economista Julian Chacel, de que a eleição de novembro próximo é uma das causas do aumento dos índices inflacionários.

— De nenhuma maneira constrói ou contribui para a causa da democracia a afirmação de que a eleição, ou seja, o exercício democrático, está provocando a inflação — afirmou o presidente do PDS. A declaração do economista Julian Chacel, ex-diretor da Fundação Getúlio Vargas e hoje diretor do Instituto Brasileiro de Economia, foi feita depois de sair de uma reunião com o ministro do Planejamento, Delfim Netto, na segunda-feira.

Sarney criticou Chacel por haver dito que outro fator inflacionário é a arrecadação do Finsocial.

— Como é possível que seja o Finsocial se ele ainda não está sendo cobrado das empresas? — perguntou o senador. Sarney acrescentou que ainda que o Finsocial seja inflacionário e venha a aumentar as taxas brasileiras "a sua finalidade justificaria". A Nação, na opinião do presidente do PDS, deve pagar o preço do fundo porque seus objetivos sociais valem esse preço.

Respondendo a uma pergunta sobre se o surto inflacionário irá prejudicar o partido do Governo nas eleições de novembro, o senador afirmou que "o problema da inflação tem repercussões de natureza social e por isto estará sempre presente nas discussões políticas", mas acha que a inflação prejudica não só o PDS, mas todo o País.

Sarney acha que qualquer análise das causas da retomada da inflação deve considerar vários fatores. Ele apontou um:

— A guerra das Malvinas prejudicou muito o comércio internacional e principalmente as exportações brasileiras. Como consequência indireta da guerra, os banqueiros europeus criaram maiores dificuldades para a concessão de empréstimos e financiamentos aos países latino-americanos. Tudo isto pesa na economia brasileira.

EXPLICAÇÕES

O secretário de imprensa da Presidência, Carlos Átila, disse que é positiva a iniciativa do PDS, criando uma comissão especial de propaganda eleitoral.

— O partido do Governo poderá explicar ao povo os verdadeiros motivos da inflação, sua ligação com os altos juros internacionais, a dívida externa e a dificuldade de exportar num mundo em recessão — afirmou.

Ele concordou com as críticas feitas à oposição pelo secretário-geral do PDS,

Prisco Viana, "pois nenhum oposicionista apresentou até hoje qualquer proposta concreta que pudesse ajudar o país a enfrentar a inflação, ninguém nunca fez nenhuma afirmação original sobre a questão".

Átila disse que o objetivo do Governo não é desempregar o povo e por isto, "a estratégia antiinflacionária precisa equilibrar-se entre a continuação do desenvolvimento e medidas que evitem uma recessão violenta".

O porta-voz do Planalto afirmou também que o Governo não vê o empresário como um responsável pela inflação, ressaltando, entretanto, que algumas empresas por vezes colaboraram com o processo inflacionário, "entrando então a ação fiscalizadora governamental". Disse que o Governo tem dado todo apoio às campanhas em defesa dos consumidores e que apóia totalmente o que os jornais começaram a fazer neste sentido, "uma vez que um consumidor seletivo e exigente ajuda a combater a inflação".

Carlos Átila afirmou que o Governo procura queimar etapas e acelerar o desenvolvimento em benefício de todos os brasileiros, "precisando para isto de capitais externos que sempre geram inflação". Ele defendeu a política econômica do Governo, dizendo também que não existem obras faraônicas e desnecessárias como afirmam alguns oposicionistas, "mas apenas programas imprescindíveis ao desenvolvimento do País".

Senador defende a propaganda paga

BRASÍLIA (O GLOBO) — O senador José Sarney, defendeu a manutenção da propaganda paga no rádio e na televisão, mesmo durante os 60 dias em que as emissoras têm a obrigação legal de reservar espaço para a propaganda eleitoral gratuita.

O senador Nilo Coelho, que ontem teve duas reuniões com o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, para tratar da revogação da Lei Falcão, disse que há divergências no partido sobre como deve ser estruturada a propaganda no rádio e na televisão.

O líder do Governo no Senado afirma que é absolutamente contrário a toda a forma de propaganda paga nas emissoras de rádio e televisão. Ele acha que o horário reservado ao TSE deve ser limitado apenas aos 45 dias anteriores às eleições.

— Eu penso de uma maneira, o Sarney de outra, e o Prisco de outra mas o partido tomará uma decisão conjunta — afirmou o senador Nilo Coelho.

Sarney acha que tanto na propaganda paga como na gratuita os horários devem ser utilizados pelos partidos para divulgar suas idéias e seus programas, e não para campanhas pessoais.

— Como a eleição é um instrumento dos partidos, a propaganda deve ser uma forma de se consolidar os partidos no Brasil — afirmou o senador José Sarney.

O presidente do PDS disse que, nos estudos preliminares que já foram feitos para a mudança da atual legislação que regula o assunto, foram recolhidos "ídeias e pontos de vista dos companheiros". Ele garante que todos os estudos estão se concentrando nas mãos do ministro Ibrahim Abi-Ackel, da Justiça, e não do ministro Leitão de Abreu, como chegou a ser noticiado.

Sarney, ao responder a uma pergunta sobre se é a favor do debate político na televisão, disse que sendo ou não a favor "o debate já está ocorrendo e os partidos estão tendo absoluta liberdade para defender o que querem".

O senador afirmou que o PDS já decidiu que qualquer que seja a forma proposta para mudança da legislação, a propaganda, "paga ou gratuita", será centralizada nos partidos.

— A propaganda será permitida desde que seja feita dentro dos partidos e sujeita à fiscalização dos partidos — disse Sarney.

Ele defende a idéia de que a propaganda paga deve ser permitida para que os partidos usem ou não essa possibilidade, pois "ela terá que ser uma opção partidária".

O senador Nilo Coelho reuniu-se de manhã com o ministro Abi-Ackel e ele mesmo disse que este foi o assunto tratado na reunião. No começo da tarde reuniu-se com o presidente do PDS e afirmou que nova reunião já estava prevista, e desta vez a três: ele mesmo, o senador Sarney e o ministro da Justiça, para discutirem a reformulação da Lei Falcão.